

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA REGIÃO DO MATOPIBA

José Novais de Jesus¹

Resumo

Este texto tem como objetivo debater as recentes transformações ocorridas no espaço agrário do centro-norte brasileiro, bem como os processos da expansão e ocupação da fronteira agrícola na região do Matopiba, constituídos pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O estudo analisa o desenvolvimento econômico proporcionado pelas atividades do setor do agronegócio, as contradições que se apresentam com o avanço do capitalismo no campo. Desse modo, a expansão da fronteira agrícola do Matopiba, impulsionada pelo agronegócio está impondo uma nova reorganização funcional do uso e ocupação do território, causando impactos diretos no processo de desarticulação da agricultura familiar camponesa nos estados do Matopiba. A ocupação da nova fronteira reforça a concentração fundiária da terra, os impactos socioambientais e o aumento da migração campo cidade.

Palavras-chave: Matopiba. Campesinato. Agronegócio

Introdução

Este texto tem como objetivo discutir as questões referentes à expansão da fronteira agrícola do Matopiba, e suas consequências para as comunidades tradicionais, os principais fatores que contribuíram para o avanço do agronegócio principalmente nas áreas de cerrados no Centro – Norte do Brasil. As contradições que se apresentam com o processo de desenvolvimento econômico e a geração de conflitos entre os latifundiários, camponeses, quilombolas e indígenas.

A pesquisa se embasou em uma análise bibliográfica, com o intuito de compreender a dinâmica da expansão do agronegócio na região do Matopiba e as contradições das ações do capitalismo no campo. Os principais dilemas que os camponeses, indígenas e quilombolas enfrentam na região e o processo de desarticulação da produção familiar camponesa. Desse ponto de vista, o que se espera do estudo é saber até que ponto as ações do agronegócio desagrega a produção das pequenas unidades da agricultura familiar. Pois, os estudos já

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). novaisdejesus@yahoo.com.br

apontam evidências de que esse modelo agrícola vem causando grandes impactos negativos, sobretudo nas áreas de cerrado, onde atua o agronegócio.

É evidente o aumento da migração campo/cidade, a destruição da vegetação nativa, bem como, a implantação e predominância do uso da monocultura, o aumento da utilização de defensivos agrícolas. Diante desse contexto, também são forjadas as estratégias de lutas e resistências dos povos do campo, em defesa dos seus territórios, na luta pela terra, pela água, pela a reforma agrária e permanência no campo. Assim, os conflitos vão surgindo com a implementação de um projeto de desenvolvimento desigual e combinado que se apresenta como moderno no discurso do agronegócio, mas excluem as populações locais.

Análise dos principais fatores do processo de expansão do agronegócio no Matopiba

A discussão da expansão do agronegócio no Matopiba está relacionada a vários fatores que contribuíram para a implantação das ações do setor produtivo agrícola nos principais estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – vem se destacando no cenário econômico e com ênfase na produção de grãos. O objetivo do estudo é compreender a dinâmica do capital e as contradições do desenvolvimento desigual e combinado. Além de proporcionar uma valorização das terras e também articulam os conflitos agrários no campo.

Nesse sentido, alguns fatores são necessários para compreender a dinâmica do capital, tais como: incentivos fiscais, topografia plana, logística de escoamento e mercado consumidor. A fronteira agrícola se expande a partir de tensões e conflitos sociais. Dessa forma, com a intensificação do agronegócio gera problemas principalmente para as comunidades tradicionais e locais, que tem seus espaços de produção ameaçados. A imposição da lógica da agricultura capitalista e as causas desse processo de expulsão de camponeses e por outro lado atrai migrantes da região sul do País. Para Cardoso e Socoloski (2015, p. 88):

Á área de estudo se caracteriza como a área de expansão do agronegócio pelo Centro – Norte do país e abrange a porção oeste do estado da Bahia, sudoeste do Piauí, Sul do Maranhão e leste do Tocantins. Esta porção corresponde às áreas limítrofes das antigas macrorregiões nordeste e centro-oeste do Brasil, quando o estado do Tocantins – posicionado na atual macrorregião norte ainda era parte do território goiano. A sua denominação e correspondência espacial difere da expressão Meio – Norte, tradicionalmente empregada para identificar as áreas de transição entre o nordeste árido e o norte úmido, nos estados do Piauí e Maranhão. Optou-se por tal denominação de modo a evitar o uso das expressões que empregam as siglas dos quatro estados para identificar a área, resultado nos termos Matopiba, Bamapito, Pitomaba, Tomapiba, entre outros, de acordo com a conveniência de cada autor.

A denominação deste recorte regional tem como objetivo delimitar a nova fronteira agrícola que se expande no Centro – Norte do país, graças aos diversos fatores que foram fundamentais para a consolidação das atividades do agronegócio nos quatro Estados da Federação, como já mencionados acima. O capital para garantir o aumento dos seus lucros selecionam regiões propícias que apresentam as melhores condições edafoclimáticas e econômicas: Conforme Cardoso e Socoloski (2015, p. 89):

Terrenos planos e extensos, presença de solos potencialmente produtivos, disponibilidade de água e clima propício no tocante às temperaturas insolação, aliado aos preços das terras, relativamente mais baixos do que os de outras regiões agrícolas do país, propiciaram um incremento do uso agrícola, com a abertura das fazendas, expansão e intensificação das áreas de cultivos. As condições de logística para escoamento da produção, a pequena densidade das redes de transporte e comunicação e a ausência parte do setor de serviços tem sido apontado como fatores desfavoráveis para um maior incremento no ritmo de expansão do agronegócio na região.

Vale ressaltar, que esses incrementos aliados à modernização da agricultura e da infraestrutura, incentivou o aumento significativo da produção agrícola na região. As novas áreas de cultivos são destaque e a sua contribuição para o desenvolvimento econômico apesar de criar dinâmicas que promovem também a criação de novas redes permitindo a circulação de capitais, mercadorias e pessoas. Essa reorganização econômica não só trás benefícios positivos, mas também o aprofundamento das contradições por apresentar riquezas e contraditoriamente o aumento da pobreza em função da concentração da renda a um determinado grupo.

A agricultura capitalista se fundamenta no trabalho assalariado e, assim reproduz a propriedade econômica dos donos do capital, que segundo Oliveira (2007, p. 37). Nesse processo, a força de trabalho torna-se propriedade econômica do capitalista, algo que pertence ao capital e não ao trabalhador. Assim se configura a exploração e a subordinação ao trabalhador, bem como a exploração da terra.

Neste sentido, a expansão do setor do agronegócio no Matopiba, tem se fortalecido e vem ganhando ênfase nesse início de século e por isso é necessário compreendermos como esse novo processo de apropriação e ocupação do território camponês a partir de compras de terras, e também por meio do arrendamento das propriedades camponesas e pela subordinação de camponeses e produtores capitalistas.

Na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos etc. É por isso que o capitalista contrata no mercado o trabalhador livre de todos os

meios de produção, inclusive da terra, e em troca lhe paga um salário em dinheiro, com o qual ele deverá comprar tudo o que necessita para continuar a ser trabalhador e vender a sua força de trabalho ao capitalista. (OLIVEIRA, 2007, p. 39).

Vale salientar, que para a expansão da agricultura capitalista o processo utilizado pelo agronegócio nas áreas de expansão se dá pela compra de terras ou arrendamentos de propriedades para aumentar a produção agrícola. Nas regiões com maior intensidade do agronegócio impulsionam a desterritorialização de camponeses, quilombolas e indígenas que vem sofrendo as consequências desse projeto de desenvolvimento e muitos desses trabalhadores tornam mão de obra assalariado, ou seja, passa a vender a sua força de trabalho ao capitalista.

Evidentemente que a prática da agricultura camponesa nas áreas de expansão do Matopiba, desempenha um papel importante na produção de alimentos para as comunidades locais. Mas com a chegada maciça do capital e com a imposição do uso da monocultura, priorizando grandes extensões de terras para produção de commodities, que por sua vez está desarticulando os sistemas produtivos camponeses e assim redefinindo o processo de urbanização que tem contribuído para o crescimento desordenado principalmente das cidades agrícolas, ou seja, nas regiões de intensas atividades econômicas do agronegócio. De acordo com Cardoso e Socoloski (2015, p. 89):

Verifica-se um processo acelerado de crescimento da produção agrícola, com políticas públicas e privadas voltadas para o incremento das redes regionais, aliadas ao já histórico processo de desenvolvimento de tecnologias para a correção, adubação e manejo dos solos, obtenção de variedades adaptadas às baixas, lançamento de cultivares e definição de formas de manejo que contribuíram para a expansão do agronegócio nas áreas de cerrado brasileiro. A área em questão configura-se como uma das frentes de expansão do agronegócio, em um processo que implica na ampliação das áreas de cultivo e em um incremento demográfico, redimensionando os arranjos de fixos e fluxos regionais.

Vale destacar, que o crescimento da produção agrícola está relacionado também com as políticas públicas e privadas que está culminando com a melhoria da infraestrutura das redes regionais, acompanhados com os avanços das tecnologias e manejo de solos, produção de cultivares adaptadas as condições dos ecossistemas do Centro-Norte, elementos fundantes para a expansão do agronegócio nas áreas de cerrado. Hoje as redes desempenham papel importante nesse processo de integração, melhorando e redefinindo os arranjos de fixos e fluxos regionais.

Nesse sentido, a agronegócio se fortaleceu e desenvolveu mediante as condições dadas para a sua expansão econômica, a qualidade das terras, baixos preços a logísticas para o

escoamento da produção e mercado. As políticas beneficiaram somente o setor agroindustrial do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa que vem enfraquecendo após a ofensiva da agricultura capitalista.

Os impactos do agronegócio no processo de desagregação da agricultura familiar camponesa nas áreas de cerrado do Matopiba

Por isso, a agricultura capitalista tornou-se a principal ameaça aos territórios da produção familiar camponesa. As principais consequências desse modelo de desenvolvimento desigual e contraditório implicam na intensificação dos conflitos e violência no campo, contra camponeses, quilombolas e indígenas. Frente a essa violência o campesinato também desenvolve estratégias de lutas e de resistências contra o agronegócio e contra o capital em defesa da luta pela terra e pela reforma agrária. Portanto, os povos do campo se manifestam por meio das ocupações em defesa da vida e pela permanência na terra.

O processo da modernização do campo, contraditoriamente não alterou a estrutura fundiária, porém, manteve-se como um dos principais instrumentos responsáveis pela concentração da terra, dos conflitos e violência contra camponeses, indígenas e quilombolas. Dessa forma, as evidências apontam que esse modelo agrícola está a serviço do capital e não da vida.

A reflexão para analisar aos processos de ocupação da fronteira agrícola do Matopiba, do ponto de vista teórico é necessário compreender que a dinâmica conjuntural vem impulsionando a expansão e a territorialização do capital, principalmente nas áreas de Cerrados, como afirma Huertas (2015, p. 45):

O crescimento do agronegócio verificado em toda a região de cerrados do centro-norte do Brasil a partir de meados dos anos 1980 tem implicado em expressivas dinâmicas territoriais para a circulação regional, apesar de ainda longe de um cenário que possa classificar como consolidado. Tratando-se de uma ampla zona ainda em fase de apropriação fundiária e expansão produtiva, a busca por maior fluidez é constante, sobretudo a partir das demandas dos agentes hegemônicos (grandes produtores rurais e tradings).

Nesse sentido, as mudanças que vem ocorrendo com a expansão capitalista no centro-norte do Brasil é uma nova fase da territorialização do agronegócio na ocupação da fronteira agrícola do Matopiba, que segundo Martins (2016), a fronteira de expansão também se torna lugar e tempo de conflitos e de alteridade. Assim aponta Frederico e Buhler (2015, p. 208) que “a expansão da fronteira agrícola moderna na região ocorreu a partir da década de 1980,

estimulada principalmente pelo aumento da produção de soja destinada, sobretudo, à exportação”.

A dinâmica das ações do capital na região atraem migrantes de outras regiões principalmente do Centro-sul do Brasil, como afirma Alves (2015) “os migrantes de origem do sul do Brasil constituem um número representativo de moradores destas cidades, e se ocupam, frequentemente, das atividades destinadas ao campo modernizado”. Enquanto os migrantes dos estados vizinhos se deslocam para as cidades do agronegócio em busca de emprego, que segundo Alves (2015, p. 230).

Outro grupo de migrantes que se desloca para essas cidades é composto por antigo moradores do campo da própria região, expropriados pelo avanço da agricultura modernizada. Existem, ainda levas de migrantes em busca de trabalho que se deslocam, muitas vezes, de lugares mais distantes dos municípios dos próprios estados que compõem a região dos cerrados do centro-norte do Brasil (Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins ou de outras unidades da federação vizinhas). Estes dois últimos grupos de migrantes são predominantemente trabalhadores com baixa qualificação, e muitos deles possuem a habitar as periferias dessas “Cidades do agronegócio”.

De modo que, a intensificação do agronegócio na região contribui significativamente na desagregação dos sistemas da produção da agricultura familiar camponesa – e frente a essa ameaça indagam-se como os povos do campo (camponeses, indígenas e quilombolas) se posicionam contra a expansão do setor agroindustrial no Matopiba.

A pesquisa se embasou em uma análise bibliográfica, com o intuito de compreender a dinâmica da expansão do agronegócio na região do Matopiba e as contradições das ações do capitalismo no campo. Os principais dilemas que os camponeses, indígenas e quilombolas enfrentam na região é o processo de desarticulação da produção familiar camponesa.

Desse ponto de vista, o que se espera da pesquisa é saber até que ponto as ações do agronegócio desagrega a produção das pequenas unidades da agricultura familiar. Pois, os estudos já apontam evidências de que esse modelo agrícola vem causando grandes impactos negativos, sobretudo nas áreas de cerrado, onde atua o agronegócio.

É evidente o aumento da migração campo/cidade, a destruição da vegetação nativa, bem como, a implantação e predominância do uso da monocultura, o aumento da utilização de defensivos agrícolas. Diante desse contexto, também são forjadas as estratégias de lutas e resistências dos povos do campo, em defesa dos seus territórios, na luta pela terra, pela água, pela a reforma agrária e permanência no campo. Assim, os conflitos vão surgindo com a implementação de um projeto de desenvolvimento desigual e combinado que se apresenta

como moderno no discurso do agronegócio, mas ao mesmo tempo excluem as populações locais.

A agricultura camponesa vem sendo suprimida nas áreas de expansão do agronegócio, pois o crescimento dos cultivos de monocultura da soja, do milho e criação de gado vem ocupando espaços e causando a desagregação da produção camponesa. São os impactos do agronegócio na região do Matopiba que promove diversas contradições que vão desde as ameaças as comunidades tradicionais que nos últimos anos vem sendo pressionadas pela expansão do capital, principalmente nas áreas de cerrado que outra questão polêmica em função da destruição dos ecossistemas e o aprofundamento dos impactos socioambientais.

O processo de desarticulação da agricultura camponesa no Matopiba vem ocorrendo por vários fatores que culminam com a violência no campo, as grilagens de terra ainda persistem no século XXI como resquícios de um Brasil que vivem como se estivéssemos no sistema das sesmarias. As contradições são latentes e a agricultura capitalista impõe a sua lógica, visando à maximização dos lucros. Como afirma Alves e Rolim (2015, p. 146):

A modernização da região, muito movida pela produção moderna de grãos, especialmente a soja, apesar de levar a um aumento do emprego formalizado em alguns municípios da região, leva, em contrapartida, ao aumento do preço da terra, ampliando os conflitos oriundos da expropriação de agricultores familiares e de movimento de luta pela posse da terra nas áreas rurais e urbanas. Os trabalhadores da região, a maioria com pouca qualificação profissional é pouco absorvida pela modernização em curso, constituindo um estoque de trabalhadores sem trabalho. Nesse sentido, os salários e a pobreza não somente se mantêm como também se agravam.

Apesar de a modernização ser o foco da questão, pouco contribui para o desenvolvimento sustentável, onde persiste maior a intensidade da produção agrícola moderna, ainda não permitem a geração do pleno emprego, pelo contrário implica no aumento dos preços das terras, ampliando de forma significativa para o campo e para a cidade. Novos desafios surgem principalmente para os trabalhadores sem qualificação e por isso não são absorvidos pela modernização. Nesse sentido, forma-se um exército de trabalhadores rurais sem trabalho, bem como, menciona os autores acima nesse contexto os salários e a pobreza além de se manterem se agravam causando muitos problemas e dificuldades para os camponeses.

Vale salientar, a desarticulação da agricultura familiar camponesa promoverá a intensificação de fluxos migratórios rumo aos centros urbanos e o aumento dos conflitos e violência no campo e na cidade. Este modelo de desenvolvimento é contraditório por ser o

principal agente promotor de desigualdades sociais no campo. Para Fabrini e Boos (2014, p.40):

Os camponeses não lutam pela superação da sua dupla situação, mas para manter a sua condição de proprietário de terra e trabalhador ao mesmo tempo. Por isso, o campesinato não pode ser considerado apenas como classe trabalhadora. A dinâmica de trabalho do camponês é diferente da dinâmica do trabalho do operário que vende força de trabalho.

Diante desse processo de exclusão do agronegócio, os camponeses desenvolvem estratégias de permanência no campo, a luta para continuar como proprietário de terras e assim poder manter o seu modo de vida. O campesinato diferencia do trabalhador operário, pois este vende a sua força de trabalho. As transformações em curso vêm mudando drasticamente essa condição no campo, também está tornando muitos camponeses em proletariados mediante os vários fatores como a descapitalização, ou seja, sem recursos para investir na propriedade, muitos são forçados a saírem das suas terras e migrarem para as cidades, buscando assim outros meios de empregos. Dai fica evidente como ocorre o processo de desarticulação da agricultura camponesa e os impactos na redução de alimentos das propriedades camponesas.

Os fluxos migratórios tem mudado a dinâmica da região contribuindo para o crescimento do processo de urbanização, sem o devido planejamento urbano, mas a mobilidade do capital é que tem atraído migrantes de vários estados que estão procurando os estados do Matopiba para investir ou a procura de empregos. As áreas de expansão de fronteira contraditoriamente vão apresentar disputas e conflitos por sujeitos que almejam interesses distintos.

Muitas comunidades tradicionais que praticavam suas atividades agrícolas dentre dos moldes comunitários como a criação de gado a soltas, que utilizam de áreas baixadas para a produção de arroz e outras, agora se ver impedidos e ameaçados pelo agronegócio que vem ampliando o seu território no Centro- Norte do Brasil. Conforme Sobrinho (2015, p. 270):

Assim, as atividades agrícolas predominantemente se realizam nas áreas imediatamente ribeirinhas (veredas), aproveitando-se do acúmulo de turfas ali depositado. A pecuária tem como área dominante de uso as soltas, nas quais o rebanho permanece solto por períodos do ano, intercalando-se com estadas nas pastagens mansas que são cultivadas nas proximidades das moradias.

A modernização da agricultura nessa região modificou significativamente a lógica do campesinato, desestruturando suas práticas agrícolas, impondo uma reorganização do uso da terra, objetivamente a utilização racional para atender os ditames do capital com seus ganhos

econômicos astronômicos sem levar em conta os prejuízos socioambientais, principalmente para as comunidades tradicionais que se encontra em dificuldades diante do aumento da violência e a intensificação dos conflitos por terra e pela disputa de água a exemplo o município de Correntina – Bahia.

Dessa forma, a expansão da fronteira agrícola do Matopiba, caracteriza-se com o processo do avanço do agronegócio nessa região, porque dispõe de todas as condições favoráveis para o sucesso dos empreendimentos agrícolas. As grandes empresas estão se instalando e comandam todo o controle do setor produtivo. (Como afirma Oliveira (2016, p. 233-234), Apud, O Estado de São Paulo, 2013):

No Brasil, monopolizam o setor de grãos, as empresas mundiais Cargill, ADM, Bunge, LDC Commodities; Cofco, Los Globos, El Tejar e Enrique Bañuelos; as empresas nacionais Caramuru, Amaggi, Granol e etc. Essas empresas monopolistas atuam como tradings e, passaram a denominar a ação de comercialização dos produtos que exportam vindos dos produtores nacionais, através, do mecanismo de "dar origem a" ou originar (originate). Ou seja, são as multinacionais ou empresas nacionais mundiais que passam "a dar a origem" aos produtos que nunca produziram, mas para o mercado mundial, são "delas" os produtos. A mídia econômica tem traduzido o termo em inglês por originação (origination) dos grãos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

O monopólio das empresas de grãos no Brasil, como a Cargill, ADM, Bunge, LDC Commodities, que comandam e controlam desde a produção de sementes, insumos, apesar de fazer processamento de grãos, etc. Tanto às empresas nacionais quanto as empresas mundiais se instalaram nas regiões produtoras agrícolas das áreas de Cerrado, se territorializou e impõe a sua lógica desestabilizando os sistemas de produção camponesa e criando conflitos com as comunidades locais. Desse modo, Lima (2015, p. 346) afirma que o avanço do monocultivo geram diversos prejuízos para os camponeses:

O avanço do monocultivo e a pilhagem territorial via degradação dos recursos naturais, das relações socioespaciais – o aumento expressivo da especulação imobiliária rural, a expulsão de pequenos produtores de suas antigas áreas de moradia e produção, o crescimento do trabalho precarizado nos espaços de produção agrícola modernizada – aumenta a fragilidade do espaço, uma vez que sua lógica territorial está extremante vinculado à lógica superexploradora das grandes empresas.

Nesse sentido, o avanço do monocultivo tem promovido de forma assustadora a degradação dos recursos naturais, alterou as relações sócias no campo, com a exaustiva intensidade das atividades do agronegócio, também impactou diretamente no elevado preços das terras nas regiões produtoras agrícolas; outro dilema está relacionado as condições de trabalho precarizado que significativamente vem aumentado nos espaços da produção do

agronegócio, ou seja, onde a agricultura modernizada e tecnificada estão causando desemprego no campo. Apesar dos defensores da agricultura capitalista enfatizar que esse segmento da economia só traz benefícios se faz necessário apresentar suas contradições, pois a sua lógica está embasada na superexploração vincula as grandes empresas.

As mudanças proporcionadas pelo avanço do capital na região do Matopiba implicam na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro – Norte do Brasil, demonstrando que o conhecimento científico e uso da tecnologia aliada às condições naturais são elementos essenciais para dominar o uso e utilização dos solos que até então em determinadas áreas não tinha viabilidade econômica e produtiva. As contradições desse processo estão na ampliação do agronegócio e a destruição dos territórios da produção camponesa, o aprofundamento das desigualdades sociais no campo, apropriação dos recursos naturais pelo capital monopolizador e a intensificação dos conflitos e violência por terra, pela água e o aumento do trabalho precarizado.

Considerações Finais

O texto teve como objetivo refletir o processo de expansão da fronteira agrícola na região do Matopiba e suas consequências e impactos na desagregação da agricultura familiar camponesa. Com o avanço do agronegócio promoveu mudanças significativas no espaço rural e urbano impulsionando a migração forçada dos camponeses que sem perspectivas partem para as cidades a procuram de novas oportunidades, muitos submetem a trabalho precarizado.

Diante do exposto pode-se constatar que o desenvolvimento econômico proporcionado pelo o agronegócio promoveu melhorias nas redes de infraestrutura, neste aspecto houve um aumento dos fluxos migratórios principalmente da região Centro-Sul do Brasil, para os estados do Matopiba em direção as regiões que se apresenta com maior intensidade das atividades agrícolas. Esses migrantes vêm também a procuram de empregos e para investir em negócios na região, as mobilidades do capital impõem gera de certa forma oportunidades de empregos para trabalhadores qualificados.

O desenvolvimento econômico oriundos das atividades do agronegócio apresentam contradições, pois além de concentrar a renda também promovem desigualdades sociais e injustiças no campo e nas cidades. Nas regiões onde opera o agronegócio no Matopiba diversos estudos tem apresentado o aumento da violência e conflitos no campo, isto inclui

expulsão dos camponeses, quilombolas e indígenas dos seus territórios. Os monocultivos da soja e milho na região tem impulsionado o encarecimento dos preços das terras e assim vem significativamente aumentando a concentração da estrutura fundiária.

Referências Bibliográficas

Alves, Vicente Eudes Lemos e ROLIM, Lilian Nogueira. **A s migrações populacionais internas na década de 2000 a partir do censo demográfico de 2010: o caso da região de cerrados do centro-norte do Brasil.** In. Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil. (Org.) Alves, Vicente Eudes Lemos. – ed. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2015.

FABRINI, João Edmilson e BOOS, Djoni. **Conflitos Territoriais entre o Campesinato e o Agronegócio latifundiário.** 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2014.

Frederico e Buhler. **Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no oeste da Bahia.** In. Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil. (Org.) Alves, Vicente Eudes Lemos. – ed. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2015.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Por dentro da trama de caminhos rodoviário e ferroviários: circulação e uso do território na dinâmica regional.** In. Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil. (Org.) Alves, Vicente Eudes Lemos. – ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

LIMA, Debora Assumpção. **A expansão da fronteira agrícola moderna nos cerrados do centro-norte e o avanço dos monocultivos da soja no Tocantins.** In. Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil. (Org.) Alves, Vicente Eudes Lemos. – ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira degradação do outro nos confins do humano.** 2ª ed., - São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

SOBRINHO, José de Souza. **Territorialização dos camponeses geraizeiros do Vale do Rio Arrojado no oeste baiano.** In. Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil. (Org.) Alves, Vicente Eudes Lemos. – ed. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2015.